EDITORIAL

O primeiro número do ano de 2021, da Revista de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada (Câmpus Frederico Westphalen) apresenta Dossiê sobre "Cidades Educadoras", tema do XI Simpósio Nacional de Educação realizado na Universidade em setembro de 2020.

Propondo revisitar conceitos e práticas arraigados no senso comum, que circunscrevem os processos educativos a instituição escolar, a perspectiva que se abre com a cidade educadora potencializa a relação entre instituições, políticas públicas, iniciativas sociais, ações cidadãs, na perspectiva da construção de sociedades pluralistas e democráticas.

Não se trata, em hipótese alguma, de descartar a escola, mas de reconectá-la com seu entorno e com ações que colaborem para a construção de sentidos do viver coletivo, da corresponsabilidade, da convivência intergeracional, da preservação ambiental, do apreço pelas memórias e, portanto, para a perspectiva do bem-viver.

A ideia é cidade educadora não é nova. Podemos encontrar elementos de sua construção desde a *paideia grega* e, no século XX, na década de 70, no documento da UNESCO, de autoria de Edgar Faure chamado *Aprender a Ser* há referência explícita *a cidade educativa* desde a perspectiva que compreendia a cidade como um todo como espaço educacional.

Ao longo da história da humanidade, em contextos de grandes desafios civilizatórios, atravessados por guerras, pestes, fome e uma miríade de exclusões e violências, derivada das disputas por territórios materiais e simbólicos, as sociedades, em diferentes tempos e lugares, buscaram modos de dar um passo adiante, de construir possibilidades de vida coletiva garantidora de segurança, sobrevivência e avanços culturais, econômicos, sociais.

Exatamente nestes esforços engendram-se as ideias, as forças políticas e os ideais que culminam na perspectiva de cidades que se compreendem como *sistemas complexos em constante evolução* e que consideram *absoluta prioridade o investimento cultural e a formação permanente de sua população,* conforme dispõe a Carta das Cidades Educadoras de 1990, redigida como marco da criação da Associação Internacional de Cidades Educadoras que tem sua sede, até hoje, na cidade de Barcelona, Espanha.

Nesta mesma Carta, atualizada em 2020, encontram-se pressupostos e princípios de largo espectro e que convidam gestores, políticos, funcionários públicos, empresários,

trabalhadores, estudantes e população em geral a refletir acerca de como são e como podem ser nossas cidades para que vivamos, todos, com qualidade e dignidade:

> A cidade educadora tem personalidade própria, integrada no país onde se situa é, por consequência, interdependente da do território do qual faz parte. É igualmente uma cidade que se relaciona com o seu meio envolvente, outros centros urbanos do seu território e cidades de outros países. O seu objetivo permanente será o de aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes. [...] A cidade educadora deve exercer e desenvolver esta função paralelamente às suas funções tradicionais (económica, social, política de prestação de serviços), tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes. Deve ocupar-se prioritariamente com as crianças e jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida. (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 2020)

Neste sentido, o tema é relativamente novo em nosso país. Apesar da adesão a esta Rede Internacional de cidades brasileiras como São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, entre outras, nos anos 90, as descontinuidades e rupturas político-administrativas dificultaram muito o enraizamento de outro modo de perceber e projetar nossas cidades no *modus operandi* da sociedade e, portanto, da política brasileira.

Há um caminho extenso para repensarmos nosso modo de viver juntos, superando tanto a naturalização da barbárie materializada na miséria, em termos de condições materiais de vida, como o sentido escravocrata que ainda permeia as relações sociais no Brasil, mantendo uma estrutura vertical na qual poucos, efetivamente, tem acesso aos bens materiais e imateriais que garantem a equidade necessária para o equilíbrio social.

Neste caminho, que haverá de ser percorrido, a construção de conhecimentos, que aproximem diferentes áreas disciplinares, focos e temas, com o objetivo de pensar territórios concretos aglutinados nas cidades, é, sem dúvida, tarefa inexorável e, diríamos, inadiável.

É, então, a este propósito que responde esta edição da Revista de Ciências Humanas, como também o Simpósio que, no ano de 2020, reuniu centenas de pessoas do país inteiro em interlocução com cidades de diferentes países do mundo que já vivem esta experiência.

O caso português, de que contamos com descrição neste Dossiê, é ilustrativo do empenho dos governos locais na construção de cidades com mais qualidades de vida. Quase um terço dos municípios portugueses estão comprometidos com a Carta das Cidades Educadoras e a forma de organização da rede portuguesa mostra como as redes e a partilha de conhecimento são estruturantes para melhores políticas públicas.

Os artigos que compõe este Dossiê estão contextualizados no tempo presente da educação e nos desafios da vida contemporânea. Percorrendo trilhas que convergem para a ideia de cidades que podem educar e, ao mesmo tempo, auto educar-se, enunciam

possibilidades em cidades reais nas quais, desde o além-mar com a experiência de cidades portuguesas até experiências próximas em cidades brasileiras, são construídas esperanças ancoradas em esforços de mudar o presente para que possam existir outros futuros, para além das distopias atuais.

É nesse cenário distópico que, na seção Espaço Aberto, se coloca em tela a banalidade do mal, produção e veiculação de discursos de ódio, discutindo as responsabilidades da universidade.

Apresentam-se também, neste número, três documentos que consideramos estruturantes para a reflexão que desencadeie a construção de outros olhares para nossas cidades: as duas *Cartas das Cidades Educadoras,* de 1990 e 2020, já referidas, e a *Carta de Frederico Westphalen: sobre compromissos para construção de uma cidade educadora*, produzida por várias mãos e vozes, ao final do Simpósio de setembro de 2020.

São dignas de nota as imagens que ilustram a capa desta edição de autoria de Mariana Mota, jovem portuguesa, artista e viajante, que vivenciando a experiência e a reflexão sobre cidades educadoras projetou, nos seus desenhos, características deste outro modo de ser e fazer cidade: cidades coloridas, cidades sonhadoras e cidades sem-idade.

Em suma, este Dossiê, representa uma possibilidade real para alimentar a esperança de que *podemos viver em um mundo em que todos caibam*, como insistiam os Fóruns Mundiais da Educação, realizados na cidade de Porto Alegre, no início dos anos 2000.

Reaprender e reconstruir os territórios nos quais vivemos é uma possibilidade que depende de nossa disposição, individual e coletiva, para reescrevermos a história de nosso tempo.

Boa leitura!

Profa. Jaqueline Moll, (URI/UFRGS)

Profa. Luci Bernardi (URI)

Prof. Paulo Louro (UNIVERSITAT JAUME I)